

Parecer nº 71/98

Data: 1998.06.17

Processo nº 390

Requerente: Aida Moreira Luzia.

I - O pedido

Aida Moreira Luzia, identificada no processo, requereu em 1998.05.20 a esta Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer favorável para acesso ao relatório da autópsia de seu irmão António Fernando Moreira Luzia, falecido no Hospital de Santa Maria (Lisboa) em 1997.05.17, alegando, como fundamento da pretensão de acesso a esse relatório, “motivos de ordem pessoal e familiar”.

II - Os factos

Consideram-se provados os alegados falecimento e parentesco através do assento de óbito do referido António Fernando e do bilhete de identidade da requerente, documentos de que se juntaram fotocópias ao processo.

III - O Direito

1. A alínea *b*) do nº 1 do artigo 4º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), define “documentos nominativos” como “quaisquer suportes de informação que contenham dados pessoais”; e a subsequente alínea *c*) considera “dados pessoais” as “informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada”.

O essencial das informações contidas num relatório tanatológico está notoriamente abrangido por esta reserva de intimidade da vida privada, pelo

que estamos perante um documento nominativo, sendo também óbvio que tais informações assumem o carácter médico previsto no nº 2 do artigo 8º da LADA.

2. A LADA permite que terceiros tenham acesso a documentos nominativos que contenham informações de carácter médico desde que satisfaçam cumulativamente as seguintes condições:

- que demonstrem interesse directo e pessoal (nº 2 do artigo 7º);
- que a invocação desse interesse seja acompanhada de parecer favorável da CADA (nº 3 do artigo 8º);
- que indiquem um médico através do qual devem ser prestadas as informações requeridas (nº 2 do artigo 8º).

Estes condicionamentos ao acesso a dados pessoais de terceiro só caducam 50 anos após a sua morte (artigo 17º, nº 2, do DL nº 16/93, de 23 de Janeiro).

3. Cavia, pois, à requerente alegar e demonstrar o requisito de legitimidade (titularidade de interesse directo e pessoal) que o nº 2 do artigo 7º da LADA exige.

Para justificar a sua pretensão a requerente provou ser irmã da pessoa a quem os dados pessoais se referem e alegou “motivos de ordem pessoal e familiar”.

4. A doutrina da CADA tem sido a de que, para justificar o acesso, não basta o parentesco, que no caso até nem é o mais próximo, visto que, segundo informação telefónica da requerente, o falecido deixou viúva e mãe.

Por outro lado a invocação de conceitos vagos como “motivos de ordem pessoal e familiar” é meramente tautológica e destituída de qualquer valor factual.

5. Perante este quadro factual os serviços da CADA, no dia seguinte à recepção do requerimento, tomaram a iniciativa de telefonar à requerente convidando-a a fundamentar melhor a sua pretensão e a trazer notícia de qual a posição dos parentes mais próximos do falecido sobre esta questão. Todavia esta diligência foi infrutífera: até hoje a requerente não manifestou intenção de acatar a sugestão.

IV - Parecer

Conclui-se do exposto que não está suficientemente preenchido o requisito da legitimidade, ou seja, da titularidade de interesse directo e pessoal previsto pelo nº 2 do artigo 7º da LADA.

Assim, a CADA delibera, ao abrigo da alínea c) do nº 1 do artigo 20º da LADA, não emitir parecer favorável ao pedido em apreço.

Envie-se cópia do presente parecer à requerente e ao referido Hospital de Santa Maria.

Lisboa, 17 Junho de 1998.

João Labescat (Relator) – José Magalhães – João Figueiredo – Francisco de Brito - José Renato Gonçalves – Branca do Amaral – Castro Martins (Presidente)